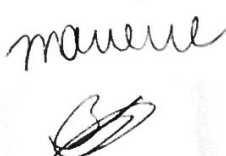


**ATA Nº 01/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.** Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, às quinze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, sito na Rua 1822, número 1510, neste município, os seguintes **conselheiros**: Geisebel Cristine Patricio (Titular/EPAGRI); Eduarda Montibeller (Titular/SEMAM); Filomena Martins Lavado (Titular/ECOCIDADÃO); Cleber Marques Maciel e Thomas Hermann Sant'ana Maciel (COOPERMAR); Danilo José Alano Melo (Suplente/UDESC); Sueli Hinze e Carmem Silvia Inácio Carneiro (AMUARTE SC). **Não houve justificativa dos ausentes.** Como **ouvintes**: Pompilio Locks Filho (UDESC); Nademir B. Silveira (Câmara de Vereadores) e Mariene de Sena Silva (Casa dos Conselhos). A presidente Sueli cumprimenta todos os presentes, manifesta sua felicidade por contar com todos novamente e afirma que trata-se de um ano de bastantes desafios. Fala de sua meta como presidente, referente à **cooperativa**, no sentido de pôr a mesma em funcionamento ou de encontrar outro caminho para esse pessoal e solicita a ajuda de todos. Fala sobre a necessidade deles e a força de vontade de trabalharem na separação desses resíduos recicláveis. Fala também sobre os outros empreendimentos como **o artesanato**, com obras criativas e lindas realizadas pelas mulheres, encontrando um caminho para venderem os produtos, sendo que elas estão no caminho certo e o Fórum está conseguindo direcionar dessa forma. Questiona o quê precisa ser feito para **o projeto da cooperativa** sair do papel, sendo que a mesma falou com o Dr. Isaque referente a uma ordem para tirar eles de lá porque precisam construir, para o qual a presidente perguntou o quê será feito com eles. A representante Mariene informa que o projeto inicial era construir só uma parte. É informado que **a não aprovação do projeto por parte do Planejamento**, é por motivo da cota, que ali era cota cinquenta e tiveram que virar o projeto, e por esse motivo tem que tirar a Coopermar, mas que a Prefeitura já está vendo um outro local para eles trabalharem, antes de iniciarem a construção. A Presidente explica que a cooperativa não é só a separação dos resíduos recicláveis, e afirma que tem muito mais por trás disso, e exemplifica fazendo referência primeiramente aos casos de HIV dos moradores de rua e logo especificamente de um desses casos em que o homem, ao ficar um pouco mais fortalecido, manifestou sua vontade de sair dessa situação e foi encaminhado à cooperativa para ser abraçado, sendo dada essa oportunidade ao mesmo. De um modo geral fala das pessoas que chegaram viciadas, acabadas e o trabalho da cooperativa reergueu eles, tirou até do vício sem precisar de internação para tratamento. É informado que foram cortadas as cestas básicas deles. Uma das representantes relata que chegando lá, viu que estavam almoçando, arroz, purê de abóbora e um ovo, que as vezes não tem gás e que a situação deles é crítica. Também informa que numa entrevista na rádio de Itajaí foi falado que já estava sendo construído o novo projeto, embora tivesse a cooperativa, e que até o final do ano estará pronto. Após, por solicitação da Presidente, a representante Mariene procede à **leitura da ata do dia onze de dezembro**. A Presidente acrescenta que após a reunião conforme a ata lida, foram visitar a cooperativa. Finalmente, a ata do mês de dezembro é **aprovada e assinada pelos conselheiros presentes**. Passa-se então ao item da pauta referente aos **documentos recebidos e expedidos**. Presidente Sueli explica que a Secretaria de Meio Ambiente, encaminhou o ofício nº 802/2018 ao CMES, em contrapartida à solicitação do conselho referente ao Plano de Trabalho da Cooperativa. Mariene procede à leitura deste ofício informando que foi recebido na Casa dos Conselhos no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito. Representante da Coopermar questiona o motivo pelo qual a Secretaria de Meio Ambiente continua respondendo pelos resíduos sólidos, sendo que é

EMASA quem tem que responder e gostaria de saber qual a Lei que dá direito ao Meio Ambiente a fazer qualquer questionamento sobre os resíduos sólidos da cidade. Acrescenta que o ofício encaminhado por eles faz colocações lógicas pois eles realmente não podem fazer pagamento, e que tem que ser autarquia, Setor de Compras, EMASA. Após finalizar a leitura do ofício, é esclarecido que a Coopermar encaminhou para Protocolo, e este para Meio Ambiente. Conselheiros alegam que esse pode ter sido o erro, o encaminhamento feito do Protocolo para Meio Ambiente. Uma das conselheiras explica que a competência dos resíduos sólidos é da Secretaria de Meio Ambiente agora e que antes era com a EMASA, a qual atualmente tem um Diretor de Resíduos sólidos. É solicitado à conselheira ver qual a Lei e trazer essa informação para o conselho. Ela explica que pela política nacional pode estar dentro do Saneamento mas não necessariamente, podendo Meio Ambiente assumir a pasta de resíduos. Representante da Coopermar fala que tem que haver uma lei específica para que isso seja possível. Acrescenta que o único plano que tem é o Plano de Saneamento Básico no qual constam os resíduos sólidos, que fala que a portaria é para EMASA. Conselheira explica que aquele plano de resíduos sólidos não é considerado e foi descartado pelo Governo Federal então é como se não tivéssemos o Plano Integrado dos Resíduos Sólidos, e que tem só o de Saneamento que é válido. Diante dos questionamentos dos representantes da cooperativa, a conselheira orienta que entrando no site do Governo Federal vão poder observar que Balneário Camboriú não possui esse Plano por não abranger o que a Política Nacional solicita, e por esse motivo o Governo Federal desconsiderou ele e que por não estar de acordo com as diretrizes deve ser refeito. O conselheiro Thomas fala que existe a Lei Suprema que é Nacional e que deve ser seguida a Lei Nacional. Conselheira explica que é feito o diagnóstico do município e que têm certos pontos que variam de município para município. Conselheiro representante da Cooperativa fala que na realidade não há interesse do município em cumprir o que está mandando a Política Nacional de Resíduos Sólidos na questão de "reciclável que tem que ser reciclado". Acrescenta que a Municipalidade não quer fazer aquele plano de resíduo sólido que está dentro do Saneamento Básico funcionar, porque teria de investir na cooperativa com cessão de uso do terreno, porque é igual uma APAE, igual AMOR PRA DOWN é igual uma Associação de Apoio a Pessoas com Deficiência e que seria um espaço temporário até que se entregue um espaço permanente e que isso precisa ser feito. Acrescenta que a contratação de uma cooperativa para serviços essenciais é prioridade na lei de contratação sem licitação, Lei nº 8666, referente a licitações e contratos da Administração Pública. Fala dos projetos que colocam várias cooperativas no mesmo espaço, com o intuito de desarticular a reciclagem, para manter o lixo sendo enviado para o aterro e para desativar a força das cooperativas. Manifesta que são uma cooperativa de trinta e poucos integrantes porque não conseguem uma estrutura para estar aqui na rua porque a sede fica localizada a sete quilômetros do centro e, sendo assim, não conseguem um terreno para eles levarem o material. Que deveria ser uma única cooperativa de quatrocentos e oitenta catadores e não várias de quarenta ou cinquenta. Informa que em dois mil e dois, dois mil e quatro e dois mil e nove, a Prefeitura intervém e faz um plano de duas cooperativas para lutarem e se digladiarem entre si. Cita o exemplo da ASCOMAR (CICLOVIDA CAMBORIÚ/SC - Associação de Coletores de Material Reciclável) e da ACATELI (Associação Ecológica de Catadores de Materiais Recicláveis), informando que esta última representa os catadores Terra Limpa, e que era para ser a única cooperativa. Informa que em dois mil e nove incendiaram a cooperativa e que não foi feito nada pois o interesse do município é enterrar lixo








do qual mais de cinquenta por cento é reciclável. Informa também que o município adquiriu um terreno para compostagem orgânica, para dar conta do resíduo sólido orgânico de Balneário Camboriú e Camboriú, e está abandonado. Para isso precisaria de uma cooperativa. Fala da situação dos catadores, que conseguem reciclar somente oito por cento dos resíduos recicláveis que estão misturados com o lixo orgânico, e que o caminhão de compactação da Ambiental leva para o aterro, e que os mesmos não têm cobertura em caso de acidente, por exemplo em caso de atropelamento, não conseguem atingir INSS, sendo que estão trabalhando para a população da cidade, e que isto acontece porque o município não cede o alvará nem contrata como deveria conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e conforme a Lei Orgânica. A Presidente Sueli afirma que o trabalho deve continuar mas questiona a quem o conselho deve se reportar, para o qual solicita a ajuda da conselheira Eduarda, representante da Secretaria de Meio Ambiente. O conselheiro Cleber faz referência ao TAC, no sentido das coisas que foram acordadas frente ao Promotor e hoje não estão sendo feitas, para o qual a Presidente afirma que o motivo pelo qual não estão sendo feitas é por desconhecem de quem é a competência. Finalmente o conselheiro Cleber concorda com esta afirmação. Presidente Sueli conclui afirmando que o importante é descobrir de quem é a competência e que a conselheira Eduarda irá trazer essa informação antes da próxima reunião, para saber por onde o conselho vai começar. Eduarda esclarece que o Plano de Trabalho não está dentro do que é um "Acordo de cooperação" porque não pode ter esse repasse de dinheiro, que pode se buscar outro instrumento, tal vez um convênio ou alguma outra coisa, mas o que consta no TAC é acordo de cooperação. Mariene reforça que o Promotor colocou "acordo de cooperação". Conselheiros sugerem ver junto ao Promotor. Cleber sugere primeiramente ir em busca da lei que prioriza o Meio Ambiente de estar nos questionando e que todas as tentativas com Meio Ambiente não deram resultado, e afirma que enquanto isso, está sendo pago para enterrar e não é priorizada a reciclagem. Uma das representantes fala sobre a Lei nº 13204 de 2015 que, segundo a mesma, instituiu o termo de colaboração e o termo de fomento, e procede à leitura dos incisos VII e VIII do Artigo segundo, sugerindo que seja consultado um advogado para verificar a transferência de recursos financeiros do termo de fomento, para o qual uma das conselheiras sugere que seja consultada a Controladoria do Município, por considerar que tudo que é firmado entre o município e a sociedade civil passa pela Controladoria. Finalmente é sugerido solicitar o parecer da Controladoria para logo entrar em contato com o Dr. Isaque e finalmente refazer conforme o parecer jurídico. Na sequência é passada a palavra ao **Sr. Nademir** o qual se apresenta como Assessor Parlamentar do Vereador Marcelo Achutti, e informa que trabalha com alguns dos conselhos desde dois mil e onze e que começará a participar de algumas reuniões de alguns conselhos e se coloca à disposição, em nome do Vereador Marcelo, para o que puderem precisar. Fala também a respeito do assunto tratado na reunião, mencionando a legislação que o município procura cumprir, sendo a Lei Orgânica do Município e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esclarece que a Lei do Município proíbe qualquer tipo de ajuda financeira às entidades, para o qual uma das conselheiras manifesta que no caso de um Projeto, ou de um Programa é possível. O Sr. Nademir informa que depende da aprovação do Conselho da Cidade e da Câmara de Vereadores, o qual está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município. Após, se coloca novamente à disposição, inclusive para análise do projeto do conselho, e se despede informando que precisa se ausentar da sala para participar de outra reunião. Uma das representantes informa que outros Vereadores como Meirinho, Lucas Gotardo, também se

Mariene



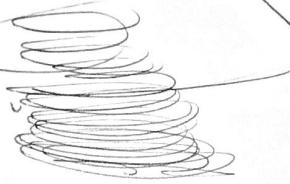
colocaram à disposição e visitaram a Casa dos Conselhos. Cleber informa que o Vereador Piruka visitou a cooperativa, mas ainda não tiveram resposta e fala na sua aflição em concluir esse processo, e informa que ele está fazendo cimento, reboco, construção e que foi dito que seria dada ajuda social para eles saírem lá de cima, e manifesta que considera importante resolver da melhor forma em prol da cidade. A representante Marlene sugere a formação de uma comissão para tratar desse assunto e trazer ao conselho os resultados obtidos, para possibilitar que outros assuntos relevantes sejam tratados como a associação quilombola, e lembra que tem os outros pilares da economia solidária a serem trabalhados no município. Fala da sua participação no fórum estadual de Economia Solidária e da preocupação dos conselhos estaduais com o desmantelamento de alguns conselhos nacionais. Finalmente fala na competência do conselho e que as atas do mesmo devem estar de acordo com a sua competência conforme a Lei. Um dos representantes, Professor Pompílio/UDESC, fala que, embora urgente, o problema da cooperativa trata-se de uma demanda individualizada, e que o conselho deve pensar, de um modo geral, mais no coletivo da Economia Solidária, devendo analisar quais as demandas dos grupos que a cidade possui e afirma que o conselho deve pensar quais os objetivos, as metas do conselho para dois mil e dezenove e sugere que para a próxima reunião seja pensado nessas demandas mais plurais da Economia Solidária, inclusive para legitimar melhor o conselho ante o governo e a sociedade civil, pois deve ser pensado no coletivo. É deliberado, como ponto de pauta para a próxima reunião, Planejamento dois mil e dezenove do CMES. Marlene esclarece que o Professor Luis Felipe apresentou uma metodologia de planejamento de priorização na reunião dos presidentes e que já foi feito em alguns conselhos dessa maneira e ainda será feito em outros e afirma que dá certo. A Presidente Sueli fala que será formada uma nova comissão para dar continuidade ao processo do Plano da Cooperativa. Marlene informa que, conforme Regimento Interno, a **Mesa Diretora** deve ser trocada todo ano e que neste ano deve ser eleito como Presidente um representante governamental. Presidente Sueli esclarece que neste dia não há quórum para efetuar a eleição, devendo ser colocado na pauta da próxima reunião a Eleição da Mesa Diretora. Na continuidade a representante Marlene dá um **recado do COMSEA** - Conselho Municipal de Segurança Alimentar: o pessoal do Conselho Estadual e do Fórum Estadual de Economia Solidária estão dando apoio à causa do COMSEA com a **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019**, mediante a qual são revogados os artigos da lei que institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, então eles querem reverter a situação para que volte, porque essa medida provisória vai ser votada mesmo, agora no começo de março e vai ter um "banquete" em Florianópolis o dia vinte e sete de fevereiro ao meio dia, no Largo da Alfândega (próximo ao Mercado Municipal), no qual serão servidas aproximadamente quatrocentas refeições, e será feito um abaixo assinado que irá acontecer em quase todas as capitais do país e no próximo sábado aqui na Praça da Cultura, (atrás do Atlântico Shopping), onde será realizado um pré-banquete, no qual não estará sendo servido nada, mas estará sendo divulgado o evento e serão coletadas assinaturas e é convidado o Conselho de Economia Solidária para participar, ajudar a divulgar e inclusive para participarem do evento em Florianópolis, pois haverá vários empreendimentos de Economia Solidária e da Agricultura Familiar auxiliando com alimentação. A Presidente acrescenta que o pessoal de Presidente Getúlio e Presidente Nereu vão auxiliar também. Finalmente são definidos os **Encaminhamentos** - Redigir ofício solicitando parecer da Controladoria. - Pauta da próxima reunião: Formação da Comissão referente à Cooperativa;

Eleição da Nova Mesa Diretora, Planejamento dois mil e dezenove, Presença dos conselheiros nas reuniões (representantes da EMASA). Sem mais a ser tratado, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro esta ata que, após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

Sueli Hing

marcelo  
Quinero



ep

Quinero